

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 005, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

Concede Revisão Geral Anual da remuneração de todos os servidores municipais, Conselheiros Tutelares, exceto os agentes políticos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à revisão geral anual da remuneração de todos os seus servidores, Conselheiros Tutelares, excluídos os agentes políticos.

Art. 2º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder à revisão geral anual da remuneração de todos os seus servidores, excluídos os agentes políticos.

Art. 3º A revisão geral anual será de 6,41 % (seis vírgula quarenta e um por cento) sobre a remuneração de todos os servidores municipais, Conselheiros Tutelares.

Parágrafo único. A reposição supra referida será retroativa a data de 1º de janeiro de 2015.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por dotação orçamentária própria.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 12 de janeiro de 2015.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 005, de 12 de janeiro de 2015, que: **“Concede Revisão Geral Anual da remuneração de todos os servidores municipais, Conselheiros Tutelares, exceto os agentes políticos, e dá outras providências.”**

O presente Projeto de Lei em tela visa autorizar que o Poder Executivo e Legislativo Municipal procedam à revisão geral anual de seus servidores, e Conselheiros e excluindo-se os agentes políticos, cumprindo assim, o que estabelece o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

A concessão de revisão geral anual aos Conselheiros tutelares está previamente autorizada conforme disposto no artigo 27 da Lei Municipal nº 26.792, de 12 de dezembro de 2007.

Em levantamento realizado pela Secretaria Municipal da fazenda foi verificado que o IPCA-IBGE referente ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014 totalizou o índice de 6,41 (seis vírgula quarenta e um por cento).

Assim sendo, cumprindo o que estabelece a Constituição Federal, serve este projeto de lei para propor a revisão salarial aos servidores do poder executivo e legislativo, tendo em vista que se faz necessário em razão das perdas salariais decorrentes da inflação.

Sendo assim e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal